



# SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

14/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Taxa extra não paga térmicas, dizem empresas

As distribuidoras de eletricidade brasileiras alertaram o governo que a bandeira tarifária de escassez hídrica, implementada em setembro, não está sendo suficiente para cobrir a elevação de custos dos combustíveis usados pelas térmicas do país.

A questão está sendo analisada pelo governo, disse nesta quarta-feira (13) a secretária executiva do MME (Ministério de Minas e Energia), Marisete Pereira. Ela descartou, porém, novo reajuste na taxa extra sobre a conta de luz, que passou de R\$ 9,49 para R\$ 14,20 por cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

"O que sabemos, pelo que as distribuidoras nos trouxeram, é que a bandeira de escassez hídrica não será suficiente para a cobertura de todos os recursos que utilizamos para a segurança energética", disse Pereira, em entrevista após o Enase (Encontro Nacional do Setor Elétrico). "Os preços dos combustíveis estão subindo muito."

Na última sexta (8), por exemplo, a Aneel autorizou a elevação dos custos de geração de energia de três térmicas no país para repasse do aumento dos preços dos combustíveis no Brasil e no exterior.

Movida a gás natural, a térmica Araucária, no Paraná, passará a receber R\$ 2.553,20 por MWh (megawatt-hora) gerado, se tornando a usina mais cara do país. As térmicas Potiguar 1 e 3, a óleo diesel, tiveram seus preços alterados para R\$ 1.379,89.

A secretária do MME não quis detalhar que medidas estão sendo consideradas, alegando que o tema ainda está sendo estudado. Mas disse que não há expectativa de reajuste no valor da bandeira de escassez hídrica, que vai vigorar até abril.

"Vai aumentar a tarifa de energia? Isso não está ainda no cardápio que a gente está analisando", afirmou. "A bandeira [de escassez hídrica] se iniciou em setembro e vigora até abril de 2022. Em maio, a Aneel vai definir o novo patamar de bandeira tarifária."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 14 de outubro.

## Governo pede 'uso consciente' de luz, mas consumo da Presidência sobe 5,2%

O consumo de energia da Presidência da República subiu 5,2% entre junho e agosto de 2021, na comparação com o ano anterior. No mesmo período, o governo federal pedia o "uso consciente" de luz aos consumidores e citava o ferro de passar como exemplo de equipamento a ser evitado.

Entre junho e agosto de 2020, o consumo dos prédios ligados à Presidência foi de 2.219.442 kWh (quilowatt-hora), mas, com a alta de 5,2% em 2021, o consumo passou a 2.335.881 kWh. As informações foram obtidas no portal Dados Abertos.

Entre junho e agosto de 2021, a Presidência gastou mais de R\$ 1,97 milhão com energia elétrica, uma alta de 18% se comparado ao valor de R\$ 1,67 milhão do mesmo período de 2020.

Conforme o texto, órgãos e entidades deverão buscar reduzir o consumo de energia elétrica nos meses de setembro de 2021 até abril de 2022 em percentuais de 10% a 20% em relação à média do consumo do mesmo mês nos anos de 2018 e 2019.

Os dados de consumo de luz da Presidência em setembro ainda não estão disponíveis no portal Dados Abertos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 14 de outubro.

## Total de favelas dobra no Brasil em dez anos e 20 milhões passam fome

Quase 20 milhões de brasileiros, um Chile, declaram passar 24 horas ou mais sem ter o que comer em alguns dias. Mais 24,5 milhões não têm certeza de como se alimentarão no dia a dia e já reduziram quantidade e qualidade do que comem. Outros 74 milhões vivem inseguros sobre se vão acabar passando por isso.

No total, mais da metade (55%) dos brasileiros sofriam de algum tipo de insegurança alimentar (grave, moderada ou leve) em dezembro de 2020, segundo levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

O inquérito, conduzido pelas pesquisadoras que validaram no país a Escala Brasileira de Segurança Alimentar usada pelo IBGE, procurou dar sequência a levantamentos do órgão estatal, feitos a cada quatro anos, como anexo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Nesse cenário, a criação de empregos informais e pior remunerados prevalece e achatou a renda dos mais pobres. Em seus domicílios, quase toda a renda é gasta em alimentos, transporte e moradia.

“Antes mesmo da pesquisa, esperávamos o agravamento do quadro. Mas não que fosse tão profundo”, diz Renato Mafuf, coordenador da Rede Penssan, que repetirá o levantamento neste ano, ampliando-o para quase 7.000 domicílios.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, quinta-feira 14 de outubro.**

## Desigualdade cresce mais no Brasil por culpa do governo Bolsonaro, diz Dieese

Segundo pesquisa feita pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), a desigualdade aumentou mais no Brasil durante a pandemia quando comparada a outros 40 países. O levantamento utilizou dados sobre a percepção da população em relação às políticas públicas de saúde, educação e meio ambiente. De acordo com o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, trata-se de um modelo econômico adotado nos últimos anos que vem ampliando o “abismo social” no país.

“De alguma forma, o que a gente está assistindo até agora é um processo de ampliação do abismo social no Brasil. E não há nenhuma política efetiva para reverter essa situação”, disse Fausto, em entrevista a Glauco Faria, para o Jornal Brasil Atual, nesta quarta-feira (13).

Além de não haver projetos de inclusão, nem criação de emprego e renda, Fausto destaca que a pauta principal do governo é “desconstruir” os direitos sociais adquiridos a partir da Constituição de 1988. Como exemplo, ele cita a PEC 32, da chamada “reforma” administrativa, que vai transformar o que resta desses direitos em mercadoria.

“Tem a ver diretamente com a visão de que o mercado irá resolver tudo. Quando, na verdade, a gente sabe que deixar o mercado ao seu bel-prazer significa maior concentração de renda e ampliação da pobreza”, destacou.

Primeiramente, Fausto ressalta que o governo Bolsonaro negou a pandemia. Nesse sentido, foi o Congresso Nacional que liderou a discussão para a implementação do auxílio emergencial. Além disso, outras ações do governo, como a política de preços da Petrobras e as tarifas de energia, vêm colaborando para o aumento da inflação e da desigualdade.

“Além de tudo isso, é bom lembrar que o governo atual injeta bastante insegurança do ponto de vista do investimento”, acrescenta o diretor técnico do Dieese. “Na verdade, o governo não tem política econômica, nem política social. De alguma forma não tem um projeto do Brasil, que não seja desmontar o que foi construído anteriormente, principalmente a partir da Constituição de 88 e dos governos Lula e Dilma.”

Saiba mais em: **CNTI, quinta-feira 14 de outubro.**